

Derrubar o licenciamento é o barato que sairá caro



» ADRIANA PINHEIRO
Assessora de Incidência Política e
Orçamento do Observatório do Clima

Licenciamento ambiental não é detalhe burocrático nem inimigo do desenvolvimento. É a ferramenta que o país criou há décadas para avaliar impactos, ouvir a sociedade e decidir com base em evidências técnicas. A aprovação da Medida Provisória 1.308/2025 pelo Congresso, que consolida a chamada Licença Ambiental Estratégica (LAE), mexe nesse sistema e acende um alerta entre especialistas, ambientalistas e comunidades atingidas. A sessão do Senado que a aprovou durou apenas 90 segundos; os efeitos, porém, perdurarão por décadas.

A LAE é apresentada como instrumento de agilidade. Ela substitui o rito ordinário do licenciamento, estruturado por fases, tipologias e análise de impacto, por uma licença única, com prazo máximo de 12 meses e limite para pedidos de complementação de estudos. Esse desenho concentra pressão política em um processo mais curto, reduz espaços de controle técnico e participação social e limita prevenção, transparência e controle público previstos no artigo 225 da Constituição. Em especial em áreas de fronteira agrícola e de expansão de infraestrutura, o risco é disparar uma nova frente de destruição florestal, com o consequente aumento de emissões de carbono.

O contexto da tramitação reforça a preocupação.

A única parte dos vetos presidenciais à Lei Geral do Licenciamento que não foi derrubada pelo Congresso na sessão de 27 de novembro foi justamente a relativa à LAE, que havia sido destacada do PL da Devastação original pelo governo e apresentada como medida provisória. A mensagem é clara: aquilo que foi barrado no debate anterior retornou por uma via mais rápida e menos participativa.

O processo de votação também foi acelerado. A MP foi analisada na Comissão Mista em uma única sessão, sem audiência pública. No mesmo dia, foi votada pela Câmara dos Deputados. Na manhã seguinte, foi aprovada simbolicamente pelo Senado em um minuto e meio. Tudo isso poucos dias depois de o Brasil sediar a Conferência do Clima e reiterar compromissos de enfrentamento à crise climática e de proteção de salvaguardas socioambientais, com potencial de afetar a confiança internacional no país na sua reputação como sede da COP30 e defensor da floresta, a segurança jurídica para investidores e o cumprimento da NDC e do Acordo de Paris.

Entre os efeitos concretos da matéria aprovada estão a expansão da licença por adesão e o compromisso para atividades que podem envolver risco, a possibilidade de uso de dados secundários e diagnósticos antigos sem critérios claros de atualização e o fortalecimento da decisão política na definição de empreendimentos estratégicos.

Ao afrouxar salvaguardas socioambientais e afrouxar a Constituição, o Congresso empurra para o Judiciário aquilo que ele deveria ter resolvido. A tendência é de que conflitos que deveriam ser resolvidos no licenciamento migrem para a Justiça, o que não interessa ao poder público, aos empreendedores nem às populações vulneráveis.

Esse movimento não está isolado. Outra medida provisória, já convertida na Lei 15.269/2025, autorizou o uso da LAE para hidrelétricas de grande porte, empreendimentos que costumam envolver supressão de vegetação, alteração de rios e deslocamento de populações.

O efeito combinado dessas mudanças é um deslocamento da balança entre agilidade e segurança. Ganham força arranjos que privilegiam a rapidez formal na emissão de licenças e reduzem o espaço para a análise de impactos cumulativos, a atuação de órgãos especializados e a escuta qualificada de povos e comunidades tradicionais. Em vez de ampliar previsibilidade e segurança jurídica, a combinação de prazo exíguo, dados defasados e ampliação de dispensas tende a produzir mais incertezas, contestações e judicialização.

O Brasil precisa de obras, investimentos e geração de emprego e renda, mas precisa também cumprir a Constituição, proteger seus biomas, respeitar direitos e honrar compromissos climáticos. Não se trata de defender um licenciamento paralisante, e, sim, um licenciamento tecnicamente robusto, com critérios claros, prazos razoáveis e participação social efetiva. O caminho para um desenvolvimento duradouro não passa por esvaziar salvaguardas socioambientais, e, sim, por aperfeiçoar os instrumentos que garantem que cada grande obra seja planejada com responsabilidade.

O licenciamento ambiental previne desastres, antecipa conflitos e evita gastos muitas vezes incalculáveis no futuro. No fim das contas, é mais barato para o Estado, para as empresas e para a sociedade.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



A faixa e a cela: o Brasil que transforma presidentes em réus



» CHRISTIANY FONSECA
Cientista política e doutora em
sociologia pela UFSCar

No Brasil, a Presidência da República é a única função em que o ocupante sobe a rampa como monarca imaginário e, ao final, desce as escadas da história como investigado ou até como preso. É um cargo que oferece pompa, aparato oficial e plateia permanente, mas que devolve, inevitavelmente, o espelho mais cruel do poder: aquilo que o presidente fez quando acreditou que o país dormia. Aqui, o poder não transforma. O poder revela.

Da redemocratização para cá, sete presidentes chegaram ao topo do sistema político. Quase a metade terminou descobrindo o Estado sob outra perspectiva, a de quem conhece a burocracia não pela liturgia do cargo, mas pelas engrenagens do processo penal. Isso não é coincidência, não é azar estatístico e não é acidente histórico. É um ritual brasileiro que se repete com precisão irritante. Celebramos a posse como se fosse um épico nacional e assistimos ao pós-mandato como um inevitável acerto de contas.

Collor se tornou sinônimo de corrupção em um país que ainda aprendia a respirar a democracia. Temer mergulhou em investigações que lembravam enredo improvisado de thriller político. Lula atravessou o turbilhão da Lava-Jato, foi condenado, preso, libertado

e viu suas condenações desmoronarem junto com a credibilidade daqueles que usaram o Judiciário como palco. Bolsonaro levou o caos institucional ao limite. Tentou golpe, desafiou decisões judiciais, acumulou descumprimentos, enfrentou prisão preventiva e, agora, começa a cumprir sua pena definitiva após o trânsito em julgado da condenação pela trama golpista.

São histórias distintas, mas o padrão é o mesmo. Quando a cúpula desaba, cai levando junto a confiança do país inteiro. O Código Penal, tão rápido para punir os vulneráveis, chegou ao andar de cima empurrado pelas circunstâncias. Chegou tarde, com relutância, mas acabou chegando. E, quando chega, não importa o tamanho do aparato que cercava o ex-presidente. A queda iguala todos.

Ao longo desse enredo, o sistema de justiça assumiu o protagonismo. O Supremo Tribunal Federal (STF) pauta a semana. A Polícia Federal narra os fatos quase em tempo real. O Ministério Público produz capítulos dignos de série documental. A mídia repercute, dramatiza, interpreta e converte cada desdobramento em uma nova temporada desse ciclo político interminável. Nada muda, apenas se atualiza o escândalo.

É dessa dinâmica que nasce a polarização permanente. Para muitos, Lula foi vítima de perseguição disfarçada de moralidade judicial. Para outros, Bolsonaro é alvo de uma caçada institucional. E, para uma parcela crescente da população, nenhum deles tem credibilidade para reivindicar qualquer tipo de absolvição moral.

O país se transformou em um território em que a fidelidade importa mais do que a evidência. A narrativa virou arma política. A prova virou

detalhe. A sentença virou termômetro de torcida. Quando a justiça passa a ser tratada como instrumento político, ela perde sua função de pacificar e ganha a capacidade de incendiar.

A primeira prisão presidencial provocou choque. A segunda dividiu o país. A terceira virou espetáculo absoluto. A quarta não surpreendeu ninguém. A prisão de ex-presidentes passou a compor o noticiário como se fosse previsão de chuva. O absurdo foi normalizado. Enquanto isso, quem não carrega sobrenome conhecido continua sendo preso em massa, sem destaque, sem defesa técnica, sem manchete e sem qualquer glamour de crise institucional.

Continuamos sendo um país que pune tarde. O sistema reage quando o golpe já foi tentado, quando o esquema já se consolidou, quando o prejuízo já é irreversível. É uma justiça que chega tarde demais para impedir e cedo demais para permitir que o país esqueça. A pergunta que evitamos fazer segue ecoando: por que tantos presidentes transitam tão perto da ilegalidade? Porque o poder ainda é visto como território livre. Porque quem chega ao topo acredita que o Brasil é tolerante demais para se indignar e lento demais para punir. A queda, por isso, deixa de ser apenas punição. Torna-se exposição pública, vexame nacional e lição torta de moralidade.

Até que o país decida impedir, em vez de remediar, vamos repetir essa coreografia desgastada. Presidente pela manhã, réu pelo entardecer, assunto do noticiário à noite. Tudo isso compõe a rotina política de um Brasil que conhece seus líderes por duas imagens opostas. A oficial, com faixa e sorriso calculado. E a verdadeira, registrada em processos, inquéritos e investigações.

Visto, lido e
ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) //
circecunha.df@dabr.com.br



Encruzilhada no combate às drogas

Avançando continua e silenciosamente, o consumo de drogas ilícitas no Brasil, disseminado de maneira assustadoramente uniforme entre as classes sociais, regiões geográficas e faixas etárias, produz hoje um cenário que poucos anos atrás seria visto como exagero retórico. O modelo tradicional de combate aos entorpecentes centrado quase exclusivamente na repressão criminal e em operações pontuais deu provas reiteradas de exaustão. As estatísticas, os relatos de profissionais de saúde, os números de internações e o comportamento cotidiano das grandes cidades deixam evidente que enxugamos gelo enquanto o problema se expande de forma geométrica. A sensação difusa de que a sociedade caminha em direção a uma era de entorpecimento coletivo, na qual usuários e não usuários serão igualmente atingidos pelas consequências dessa espiral, deixou de ser mera metáfora e passou a representar um temor legítimo.

É nesse ambiente que se torna praticamente inevitável discutir medidas duras, profiláticas e abrangentes que possam proteger a parcela saudável da sociedade antes que ela seja tragada pela dinâmica desse fenômeno que atua de modo difuso e devastador. A constatação de que o vício já penetrou os altos escalões do serviço público, inclusive figuras políticas e administrativas de grande responsabilidade, serviu para romper uma barreira simbólica que, durante anos, manteve-se por uma espécie de ficção coletiva segundo a qual o problema estaria restrito às franjas vulneráveis da sociedade. Essa ficção ruíu.

Diante dessa deterioração, torna-se compreensível que a sociedade comece a ponderar soluções antes consideradas draconianas, mas que hoje surgem como instrumentos possíveis de contenção. A proposta de instituir exames toxicológicos rotineiros e obrigatórios para todos os servidores do Estado, incluindo políticos eleitos, funcionários públicos, profissionais de educação, segurança e saúde, aparece nesse contexto como uma barreira de proteção, uma espécie de quarentena ética e administrativa destinada a impedir que a máquina estatal funcione sob a influência de substâncias que alteram o comportamento, reduzem a capacidade de julgamento e fragilizam estruturas que já vivem permanentemente sob pressão.

É evidente que tal proposta despertará debates constitucionais, questionamentos jurídicos e acusações de eventual violação de privacidade, mas tal medida se justificaria como um ato que visa preservar a sanidade institucional e, por consequência, proteger a sociedade inteira de um efeito dominó que já começa a se insinuar. Um professor dependente, um policial sob efeito de substâncias, um médico intoxicado no exercício da função, um motorista de transporte coletivo incapaz de operar com a atenção necessária, um gestor público tomado por impulsividade ou apatia decorrentes do uso químico, todos esses cenários ocorreram em casos concretos e amplamente divulgados.

A vinculação explícita entre narcotráfico, terrorismo e instabilidade institucional, tema que antes circulava apenas entre análistas de segurança, passou a ser admitida publicamente. Para o Brasil, que convive com facções fortemente armadas, controle territorial por grupos criminosos e penetração das redes de tráfico em setores da economia e da política, ignorar esse movimento seria não apenas ingênuo, mas perigoso.

O país se encontra, portanto, diante de uma encruzilhada. De um lado está a continuidade de políticas que se mostraram incapazes de impedir o alastramento do uso de drogas e a infiltração desse problema na estrutura estatal. De outro lado, a adoção de uma medida rigorosa e possivelmente impopular, mas que carrega consigo a promessa de restaurar um mínimo de confiança na integridade das instituições e estabelecer um novo padrão de responsabilidade pública.

A frase que foi pronunciada

“Sempre parece impossível até que seja feito.”

Nelson Mandela

História de Brasília

Nenhuma classe poderá conseguir o ideal de existência com o Racionamento estimulado pelos próprios membros. E o estímulo de guerrilhas internas, através de informações dadas a jornalistas menos avisados, é condenável inclusive pela ética profissional. (Publicada em 12/5/1962)